

Veículo: Brasil Amazônia Agora

Editoria: Notícias

Tipo notícia: Artigo

Data de publicação: 21/08/2026

Origem da notícia: Iniciativa da mídia

Categorias: Assunto de interesse | Suframa

Valoração: 24.836,97

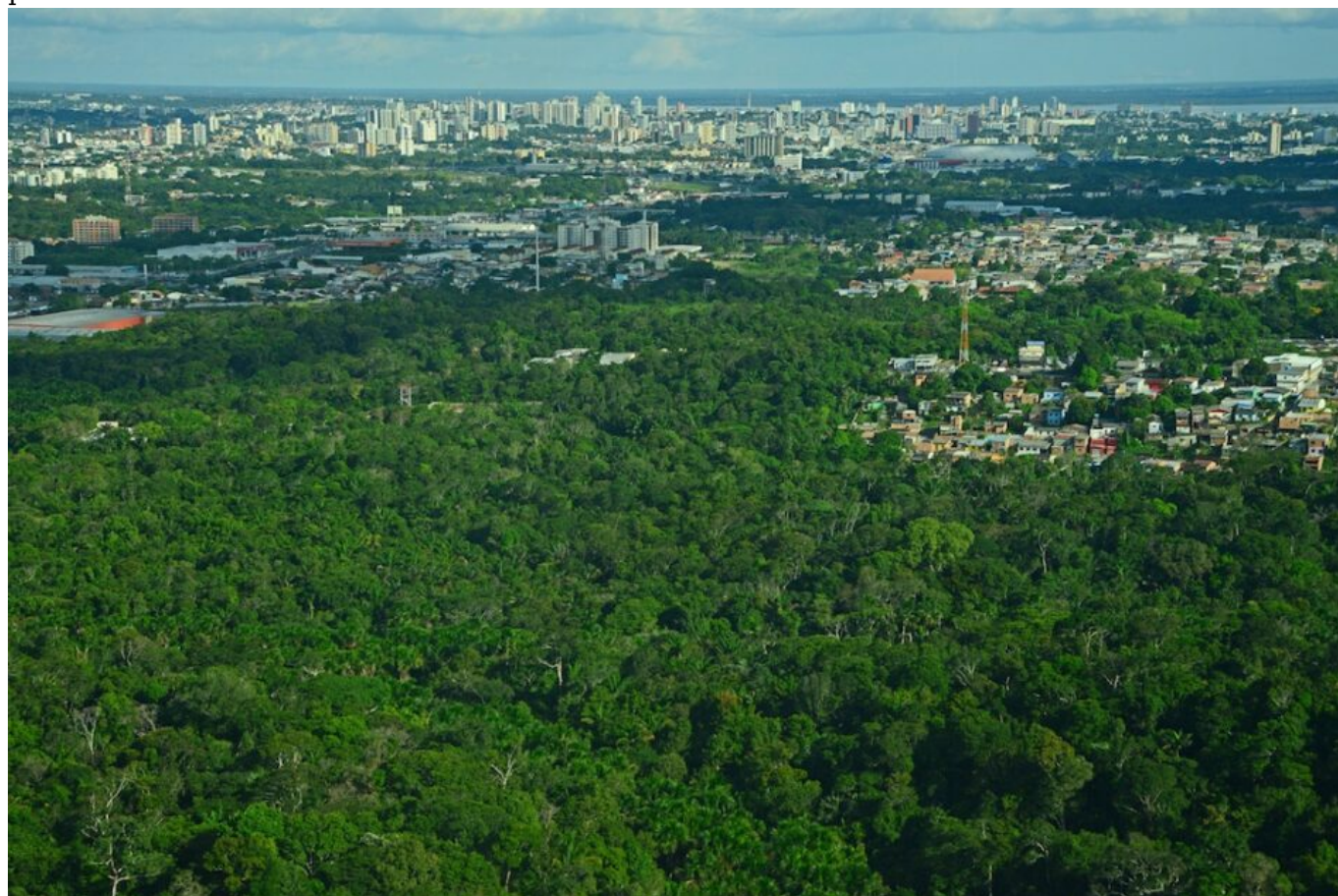
FIEAM **SESI** **SENAI** **IEL**

A riqueza que Manaus distribui ao Brasil

Os efeitos interestaduais da Zona Franca começam a entrar na conta. Depois de examinar a comida que percorre milhares de quilômetros para abastecer o Amazonas, uma nova pergunta se impõe: quanto da renda produzida pela Zona Franca de Manaus termina movimentando fábricas, fazendas, transportadoras, distribuidores e trabalhadores espalhados pelo restante do país? Um estudo de André Costa, Augusto Rocha e José Alberto da Costa Machado oferece o ponto de partida para uma investigação que precisa avançar.

Coluna Follow-Up Na edição publicada em 7 de agosto, esta Follow Up tratou da “BR-319 e a comida que vem de longe”. A coluna partiu de uma situação conhecida do amazonense: grande parte daquilo que chega à mesa percorreu milhares de quilômetros antes de alcançar Manaus. Arroz, carne, frango, leite, tomate, frutas, verduras e alimentos processados atravessam rodovias, rios, portos e balsas. Cada quilômetro acrescenta frete, combustível, armazenamento, refrigeração, perdas e risco logístico. A estimativa recorrente de que aproximadamente 80% dos alimentos consumidos no Amazonas sejam provenientes de outros estados ainda precisa ser atualizada, discriminada e demonstrada por registros fiscais e estatísticos. Mas essa dependência, examinada pelo outro lado da conta, revela algo que raramente aparece no debate sobre a Zona Franca de Manaus. Se o Amazonas compra grande parte daquilo que come em outras unidades da Federação, alguém vende. Se Manaus compra, alguém produz. Se 4,3 milhões de consumidores amazonenses dependem de alimentos, medicamentos, roupas, máquinas, veículos, materiais de construção e milhares de outros produtos originados fora do estado, essa demanda sustenta faturamento, empregos e arrecadação em diferentes partes do Brasil. A população estimada do Amazonas alcançou 4,32 milhões de habitantes em 2025. (IBGE FTP) A questão, portanto, merece ser formulada de maneira diferente. Quanto da riqueza gerada pela Zona Franca de Manaus se espalha pelo restante do país? Um estudo que merece continuar. Essa pergunta encontra um ponto de partida no trabalho “Há Virtuabilidade Econômica na Zona Franca de Manaus?”, elaborado pelos professores André Ricardo Reis Costa, Augusto Cesar Barreto Rocha e José Alberto da Costa Machado. São três gerações de estudiosos da economia amazonense reunidas em torno de uma mesma inquietação. O próprio documento registra essa característica e apresenta os autores como pesquisadores cujas reflexões somam mais de três décadas de observação da economia regional. O estudo, que deverá ganhar publicação pela Universidade Federal do Amazonas, parte das Contas Regionais do IBGE e demonstra algo muito maior do que normalmente aparece na discussão sobre incentivos fiscais. Com dados de 2021, os pesquisadores verificaram que o Amazonas respondia por 29,4% do Valor Bruto da Produção da Região Norte, 37,3% de seu Consumo Intermediário e 21,8% do Valor Adicionado Bruto. O PIB amazonense daquele ano correspondia a 23,4% de toda a economia regional. Quase um quarto do PIB do Norte concentrava-se, portanto, em uma unidade da Federação cuja principal estrutura econômica foi organizada a partir da Zona Franca de Manaus. Há números ainda mais desconcertantes para quem continua descrevendo o modelo apenas pela renúncia fiscal. Os autores demonstraram que o Amazonas concentrava 35,3%

dos tributos sobre a produção arrecadados na Região Norte. O peso desses tributos sobre o PIB estadual chegava a 18,2%, contra 12,1% na Região Norte e 15,5% na média brasileira. Há incentivo fiscal, portanto, convivendo com uma das maiores capacidades relativas de geração tributária do país.



A indústria no centro da explicaçãoA explicação aparece na estrutura produtiva. Em 2021, a indústria de transformação respondia por 52% do Valor Bruto da Produção amazonense. A participação correspondente era de 32% no Brasil e 25% na Região Norte.Quando o cálculo é feito pelo Valor Adicionado Bruto, a indústria de transformação representava 27,6% no Amazonas, praticamente o dobro dos 13,9% registrados para o Brasil. Essa estrutura continua operando em escala relevante.Somente no primeiro semestre de 2026, o Polo Industrial de Manaus faturou R\$ 121,76 bilhões. A média mensal de mão de obra chegou a 130.903 empregos, segundo os indicadores divulgados pela Suframa em 7 de agosto. (Serviços e Informações do Brasil)Esses trabalhadores recebem salários, sustentam famílias e consomem. As fábricas compram componentes, matérias-primas e serviços. Transportadoras movimentam mercadorias. Supermercados abastecem famílias. Cozinhas industriais preparam milhões de refeições.E uma parcela expressiva de tudo aquilo que essa economia demanda é produzida fora do Amazonas.Da comida que vem de longe ao dinheiro que volta para longeNa coluna anterior fizemos uma projeção bastante simples. Considerando 130 mil trabalhadores do Polo Industrial e uma única refeição por jornada durante 240 dias de trabalho, chegaríamos a aproximadamente 31,2 milhões de refeições por ano. Não se trata de um dado contábil das empresas. Trata-se de uma aproximação destinada a revelar escala. Agora podemos fazer exercício semelhante com o conjunto da população amazonense.Se adotarmos, apenas como cenário intermediário de investigação, uma despesa alimentar média de R\$ 500 mensais por habitante, os 4,32 milhões de moradores do Amazonas representariam um mercado alimentar próximo de R\$ 25,9 bilhões por ano.Caso a hipótese dos 80% de abastecimento proveniente de fora do estado venha a ser comprovada, aproximadamente R\$ 20,7 bilhões desse consumo anual estariam associados a cadeias produtivas cuja origem se encontra fora do Amazonas.É uma simulação. Precisa ser confrontada com as entradas fiscais, com a Pesquisa de Orçamentos Familiares, com informações de atacadistas, supermercados, frigoríficos e

distribuidores e, sobretudo, com a origem efetiva de cada grupo de mercadorias. Mas sua ordem de grandeza recomenda que façamos essa conta. E recomenda que façamos direito.



Onde esses bilhões aterrissam? Essa talvez seja uma das perguntas mais interessantes para a próxima etapa do estudo. Quanto o Amazonas compra de Rondônia? Quanto compra de Roraima? Quanto vem de Mato Grosso, Goiás e Pará? Qual a participação de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais? Quanto corresponde a alimentos. Quanto corresponde a máquinas, medicamentos, peças, material de construção, produtos químicos, vestuário, veículos e bens de consumo? As notas fiscais eletrônicas permitem, em princípio, seguir boa parte desse percurso. A matriz de comércio interestadual pode mostrar o estado de origem das mercadorias e ajudar a estabelecer um mapa dos beneficiários econômicos da demanda amazonense. O resultado provavelmente será muito mais amplo do que a alimentação. O alimento é apenas a porta de entrada da investigação porque seu percurso está diante dos nossos olhos. A carne consumida em Manaus remunera uma cadeia que começa no campo. O leite movimentada pecuaristas, laticínios e transportadores. O arroz remunera agricultores, beneficiadores e distribuidores. O frango incorpora milho e soja produzidos milhares de quilômetros antes da chegada da proteína à mesa. Até mesmo uma criação realizada no Amazonas pode carregar consigo valor produzido em outros estados quando depende de ração, equipamentos, medicamentos veterinários ou insumos externos. A geografia econômica da Zona Franca é, portanto, muito maior do que o mapa do Distrito Industrial. O comprador que o Brasil esqueceu. Há um aspecto curioso nessa relação. Quando se discute a Zona Franca no Congresso, nos grandes jornais ou nos centros econômicos do Sudeste, aparece com frequência o custo dos incentivos. Muito mais raramente aparece o Amazonas comprador. Entretanto, uma economia industrial de mais de quatro milhões de consumidores compra todos os dias aquilo que não produz. O dinheiro empregado nessas compras não desaparece na floresta. Circula pelo Brasil. Esse fluxo precisa ser medido porque ele altera a maneira como se compreende o caráter nacional da política pública. O estudo dos professores André Costa, Augusto Rocha e José Alberto Machado já demonstrou que a ZFM produz efeitos econômicos robustos dentro do Amazonas. O passo seguinte será observar o que acontece quando essa renda atravessa suas fronteiras. Os próprios autores reconhecem, nas considerações finais, que o trabalho representa um primeiro esforço e recomendam novos estudos capazes de acompanhar a eficiência do modelo ao longo do tempo e identificar caminhos para seu aperfeiçoamento. Talvez uma dessas continuações esteja justamente aqui. A riqueza que Manaus distribui ao Brasil. Podemos chamar provisoriamente

essa agenda de investigação de “A riqueza que Manaus distribui ao Brasil: os efeitos interestaduais da Zona Franca de Manaus”. A proposta seria acompanhar três círculos. O primeiro mede aquilo que a ZFM produz dentro do Amazonas: indústria, emprego, salários, tributos, renda e valor adicionado. O segundo observa sua importância para a Região Norte, onde o estado já respondia, nos dados utilizados pelo estudo, por 29,4% do Valor Bruto da Produção e por mais de um terço dos tributos sobre a produção. O terceiro precisa seguir o dinheiro. Quanto da renda gerada pela economia amazonense compra produção dos outros estados? Quantos empregos podem estar associados a essa demanda? Que estados são os maiores fornecedores? Quais setores brasileiros dependem mais do mercado amazonense? Qual parcela da arrecadação gerada fora do Amazonas decorre de mercadorias destinadas ao estado? E quanto dessa demanda pode ser atribuída, direta ou indiretamente, à economia estruturada pela Zona Franca de Manaus? Responder a essas perguntas permitiria construir uma verdadeira contabilidade nacional dos efeitos da ZFM. E novamente chegamos à BR-319. É curioso que a investigação nos devolva à estrada discutida na primeira coluna. A BR-319 poderá reduzir custos e oferecer uma alternativa logística ao Amazonas. Mas também tornará ainda mais visível o fluxo de mercadorias entre Manaus e o restante do país. Caminhões que chegarem carregados representarão produção realizada em outros estados e renda consumida no Amazonas. O desafio continua sendo fazer com que mais veículos possam também sair carregados. A segurança alimentar do estado recomenda aumentar sua produção interna. A integração nacional recomenda preservar e melhorar as conexões comerciais. Uma política não exclui a outra. Produzir mais alimentos no Amazonas reduz vulnerabilidades e cria oportunidades no interior. Continuar comprando produtos brasileiros integra mercados e distribui renda pelo território nacional. A questão relevante passa a ser conhecer as proporções. Há décadas sabemos aproximadamente quanto a Zona Franca produz. Chegou a hora de descobrir quanto ela compra do Brasil. E talvez essa conta revele que uma parcela considerável da riqueza produzida no Distrito Industrial de Manaus nunca ficou confinada entre as chaminés das fábricas. Ela viajou. Transformou-se em carne, arroz, medicamentos, componentes, serviços e fretes produzidos fora daqui. A Zona Franca que vende ao Brasil é conhecida. Falta conhecer, com números, o tamanho da Zona Franca que compra do Brasil. A Coluna Follow-Up é publicada sob a responsabilidade do CIEAM às quartas, quintas e sextas-feiras, no Jornal do Comércio do Amazonas, com a coordenação editorial de Alfredo Lopes, do portal brasilamazoniaagora.com.br

Site: <https://amazonclip.com.br/noticia/visualizar/660291/12>